

Aeroportos dos Açores são dos que registam mais atrasos

Os Aeroportos da Horta, Ponta Delgada e Pico, e o Aeroporto da Madeira são, juntamente com o Aeroporto de Lisboa, os que registam pior performance nos atrasos de voos no primeiro trimestre deste ano: 40% dos passageiros sofreu alguma perturbação na Madeira; 33% sofreu alguma perturbação no Aeroporto da Horta (o mesmo número em Lisboa); 29% no Aeroporto de Ponta Delgada; e, por fim, 26% no Aeroporto do Pico.

A AirHelp, empresa mundial líder em tecnologia de compensação de passageiros aéreos, acaba de dar a conhecer o panorama dos voos e perturbações durante os meses de Janeiro, Fevereiro e Março do presente ano.

Nos primeiros três meses de 2024, mais de cinco milhões e 700 mil passageiros apanharam um voo a partir de



um aeroporto em Portugal e cerca de 44 mil voos descolaram de Portugal.

De acordo com os dados forneci-

dos pela organização, 72% das viagens foram efectuadas à hora prevista, no entanto, mais de um milhão e meio de

passageiros viu o seu voo sofrer alguma perturbação e, embora na maioria dos casos se tratasse de atrasos menores que não implicam uma compensação financeira, mais de 67 mil passageiros ficaram aptos a receber uma indemnização seja devido a um atraso do seu voo superior a três horas, ao cancelamento do seu voo ou à perda de uma ligação causada pelo atraso do primeiro voo.

“Com estes dados, podemos concluir que Portugal continua o seu caminho de recuperação para os níveis pré-Covid, facto que nos agrada uma vez que contamos com um verão agitado e, por isso mesmo, com um aumento natural de voos e passageiros durante este período” refere Pedro Miguel Madaleno, advogado especialista em direitos dos passageiros aéreos e representante da AirHelp em Portugal.

PSD propõe grupo de trabalho para mudar subsídio de mobilidade

O PSD entregou ontem na Assembleia da República uma proposta para a criação de um grupo de trabalho dedicado à revisão do subsídio social de mobilidade das regiões autónomas dos Açores e Madeira.

Em comunicado, o PSD/Açores adianta que o deputado eleito pelo círculo dos Açores Paulo Moniz submeteu um projeto de resolução para a “criação de um grupo de trabalho, que vise a análise e revisão do subsídio social de mobilidade, uma situação que o Governo do PS anunciou em 2017, mas nunca fez avançar”.

Os sociais-democratas defendem que é “cada vez mais urgente uma análise séria” sobre aquele apoio, alertando para a necessidade de “garantir os direitos dos passageiros” e “aperfeiçoar as condições” do subsídio.

“Como o PSD sempre disse, o modelo adotado para os reembolsos deve



ser aperfeiçoado, nunca pondo em causa o princípio e o modelo do subsídio em si, assim como a mobilidade, a coesão social e territorial para os residentes nos dois arquipélagos”, afirma Paulo Moniz, citado na nota enviada às redacções.

O partido salienta a importância de “estudar a possibilidade” de os residentes apenas pagarem o valor fixado, em vez de adiantarem a verba para depois serem reembolsados, conforme o sistema actualmente em vigor.

“É urgente averiguar uma forma mais ágil e eficaz dos respectivos acertos de contas, estudar a possibilidade de os residentes só pagarem até ao limite máximo estipulado por bilhete, sem necessidade de reembolsos posteriores, mas permitindo que o mercado funcione”, considera Paulo Moniz.

O PSD salienta que a proposta pretende fazer com que o grupo de trabalho “avance mesmo”, criticando o anterior Governo da República por ter anunciado em 2017 a criação de um grupo de trabalho “que nunca se veio a verificar”.

Os sociais-democratas querem que o grupo de trabalho seja composto por re-

presentantes dos ministérios das Finanças e das Infraestruturas e Habitação, da Autoridade Nacional da Aviação Civil, dos Governos dos Açores e da Madeira e de “outras entidades que o Governo da República considere pertinente”.

Em 11 de Abril, o Ministério Público (MP) deduziu acusação contra 60 arguidos num caso envolvendo crimes de burla qualificada e falsificação de documentos com o subsídio social de mobilidade dos Açores que terão lesado o Estado em mais de 318 mil euros.

Nas últimas semanas, os governos dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM) e da Madeira (PSDC/CDS-PP) criticaram os novos critérios dos CTT para o subsídio de mobilidade, entretanto revertidos, levando o PS a pedir a audição do ministro das Infraestruturas e o PSD a entregar uma proposta para averiguar a legalidade dos documentos exigidos para os reembolsos do apoio.

Pilotos saúdam recomendação para anular privatização da SATA

O Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil (SPAC) saudou ontem a recomendação do Conselho de Administração da SATA que defende a anulação do processo de privatização da Azores Airlines.

“O SPAC - Sindicato dos Pilotos da Aviação Civil recebeu com agrado a recomendação do Conselho de Administração da SATA que defende a anulação do processo de privatização da Azores Airlines, empresa do Grupo

SATA Air Açores”, refere o sindicato em comunicado ontem divulgado.

A administração do Grupo SATA recomendou, na última semana, “não prosseguir com o atual concurso de privatização”.

Agora, o SPAC regista que já tinha manifestado, em novembro, em carta enviada à SATA e ao Governo Regional dos Açores, apreensão quanto à privatização da companhia do grupo SATA responsável pelas ligações dos

Açores ao exterior.

O júri do concurso, liderado pelo economista Augusto Mateus, manteve a decisão de aceitar apenas um concorrente no relatório final, mas admitiu reservas quanto à capacidade do consórcio Newtour/MS Aviation em assegurar a viabilidade da companhia.

“A Azores Airlines está para os Açores, como a TAP está para o país, não podendo ficar esquecido que cerca de 80% a 90% dos passageiros da

SATA, que assegura o serviço público do transporte entre as ilhas do arquipélago, vêm da Azores Airlines e não se pode pôr em causa uma empresa com grande peso económico e importância para o arquipélago”, defendeu o SPAC.

O sindicato diz ainda que aguarda “com expectativa” a decisão final do Governo Regional sobre o procedimento.